

## **A “Plataforma Democrática”: apontamentos sobre um intelectual orgânico do capital-imperialismo no Brasil**

Diego Martins Dória Paulo

### **Introdução: a propósito da transição de Fernando Henrique Cardoso a Lula da Silva**

No espaço que aqui disponível, é certamente uma tarefa inglória propor-se a analisar 16 anos de história, tempo compreendido pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva. Convém, portanto, rapidamente me despir do fardo, ressaltando que o parâmetro de análise se restringirá a apontamentos sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil sob a administração dos dois presidentes. Exposto assim, o trabalho permanece hercúleo, porém fundamental como ponto de apoio para a reflexão que se propõe.

Com efeito, adotando tal perspectiva, salta à vista do pesquisador um dado imperativo da realidade. Os governos do PSDB e do PT têm muito mais em comum do que se pode imaginar, sobretudo na gestão macroeconômica. São indubitáveis permanências de FHC no governo Lula a preocupação com o superávit primário, a contenção da inflação e estabilidade monetária. Em outro domínio, mas relacionado diretamente à manutenção e ampliação da reprodução capitalista, mesmo as políticas assistencialistas características chamado *lulismo* foram em parte iniciadas nos anos tucanos, ainda que Lula as tenha modo ampliado e, em certo sentido, conferido-lhe outro matiz<sup>1</sup>.

Recompondo panoramicamente esses 16 anos, identificamos na desregulamentação e na liberalização da economia dois pilares do primeiro governo FHC, que se juntaram à manutenção do poder de compra do real como bússola das políticas públicas. Assumir a orientação dita *neoliberal* da economia brasileira, desde Collor, mas mais decisivamente sob a gestão do PSDB, é aceitar a inclusão do Brasil em

---

<sup>1</sup> A análise do *lulismo* como expressão de uma nova correlação de força e pacto de classes no capitalismo brasileiro foi realizada por André Singer. Em que pese críticas pontuais, aqui se aceitará sua tese de *realinhamento político* como inflexão no governo Lula I, ainda que se vá mais à frente debater a forma dessa reorientação. (SINGER, 2012)

um sistema de capitalismo mundializado, buscado como saída da crise estrutural dos anos 1970 por frações específicas das classes dominantes. De fato, são as turbulências político-econômicas e sociais daquele período que engendram *saídas capitalistas para a crise do capitalismo*. Em outras palavras, o esgotamento de um modelo de acumulação e reprodução ampliada do capital, marcado pelos *anos dourados* do estado de bem-estar social, é que impõe como necessidade de sobrevivência à ordem vigente *mudar para permanecer a mesma*. As contrarreformas verificadas desde então recebem diversas alcunhas e assumem variadas características. De um modo geral, pode-se falar em globalização, reestruturação produtiva e *neoliberalismo*<sup>2</sup>.

Na América Latina e no Brasil em especial, tais reformas chegam por intermédio de agências multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. É a necessidade de empréstimos e recuperação externa da economia nacional, determinada pela crise da dívida que vicejou desde as manobras de Paul Volcker à frente do banco central estadunidense, que patrocinam a liberalização e a desregulamentação da estrutura econômica brasileira. Isso porque as agências multilaterais assumiram a função de propagadores das contrarreformas capitalistas, ao vincularem os recursos necessários à revitalização econômica dos países dependentes à adoção de um receituário elaborado pelos intelectuais orgânicos da nova forma de capitalismo nascente. Aquelas características do governo FHC, pois, chegam ao Brasil antes dele, mas só em seu governo equacionariam os problemas internos mais urgentes, superando as turbulências para enfim adequar a política econômica brasileira ao capital mundializado pela dominação das finanças.

Se é exagerado atribuir a FHC a motivação absoluta da neoliberalização do Brasil, posto o conjunto de pressões e disposições internacionais que apontavam em tal direção, não se deve diminuir a participação efetiva do projeto de governo do presidente e do partido tucano para o país. Se os programas do PSDB já davam pistas de identificar desregulamentação e desenvolvimento, recuando mais no tempo ao período de ativa produção científica de Fernando Henrique Cardoso já se esboça o que Teixeira (2010) chamou de *afinidade eletiva* entre o a produção acadêmica do sociólogo e a gestão

---

<sup>2</sup> O conceito de neoliberalismo é um pouco vago, dado o intenso debate que se formou sobre o tema. Aqui, faremos uso do termo conforme o conceituou Décio Saes (2010), em obra já clássica sobre a história republicana do Brasil.

pública do presidente. Ora, a conceituação do Brasil como um país dependente-associado permitiu vislumbrar desenvolvimento pela via capitalista mesmo na periferia do sistema<sup>3</sup>. Assim, de acordo com o sociólogo Fernando Henrique Cardoso seria possível países da periferia superarem desigualdades internas ao se inserirem, mesmo em posição subordinada, na lógica geral do sistema mundial capitalista. Para um presidente com esse passado intelectual, as contrarreformas liberalizantes dos anos 1980 aparecem como caminho óbvio e necessário para recolocarem o Brasil nos trilhos.

Teixeira nos mostra, todavia, que a quadra histórica dos anos 1980 já não era mais aquela vivenciada nos anos 1960, laboratório das análises de FHC. Sobretudo o setor propulsor da acumulação tinha mudado ligeiramente, sendo o capital financeiro agora protagonista irrefutável do aprofundamento capitalístico. Nesse sentido, mesmo a divisão internacional do trabalho, que nos anos 60 se pautara pelo deslocamento de unidades produtivas para a periferia – então palco, conseqüentemente, de acelerada industrialização – agora era pautada pela rápida valorização do valor, não necessariamente na forma de capital produtivo, mas mormente atendendo à lógica do capital fictício. A abertura da economia, pois, era funcional ao vertiginoso ciclo de reprodução ampliada do capital em um mundo cujas fronteiras se abriam para lucros fáceis e ágeis. Era o tempo da queda do Muro de Berlim, da derrocada do *socialismo real* e do “triunfo do ocidente”. Por conseguinte, os capitais assumiam uma face ainda mais fugaz do que antes, esvaindo-se ao sabor de melhores oportunidades de rendimento. As contrarreformas neoliberais no Brasil, marcadas pela desestatização da economia e implementação de rígido controle sobre a emissão monetária, foram mais funcionais, portanto, ao endividamento público do Estado brasileiro e, em termos de classe, às frações financeiras internacionalizadas.

A sucessão presidencial disputada em 2002, portanto, já tomava lugar em um outro Brasil. Não mais o da “década perdida”, como apologetas do capitalismo conceituaram os anos 1980, mas em uma nação de câmbio estável, moeda forte, inflação controlada e crescimento do PIB - embora modesto, cerca de 2% de média anual, constante. Mesmo as turbulências políticas e a luta de classes estavam sob controle das

---

<sup>3</sup> Ao contrário, portanto, do apregoado por teóricos que enxergavam na superação do capitalismo e na instauração do socialismo como um mandamento para o desenvolvimento econômico do Brasil, tal qual Ruy Mauro Marini.

frações dominantes. Ora, desde o fim dos anos 1970 o Brasil vivenciava um processo de ampliação restrita do Estado brasileiro, em que proliferavam as organizações patronais e eram suprimidas ou controladas as iniciativas de trabalhadores (FONTES, 2010). O apassivamento das classes populares no Brasil - por meio de políticas assistencialistas, ações filantrópicas, cooptação de líderes orgânicos - já estava em curso (IASI, 2012; FONTES, 2010), em claro impulso contrarrevolucionário preventivo, marca que Florestan Fernandes identificou na atuação história das classes dominantes brasileiras (1980). A abertura política decretada em 1988, se bafejou a possibilidade de projetos populares alternativos sobre o cangote dos privilegiados, foi também ocasião de despertar as burguesias no Brasil para uma nova quadra histórica de lutas. A paz social se tornara então um imperativo, não somente para garantir a reprodução de uma dada dominação interna, mas também para assegurar os circuitos de valorização do valor, carentes de novas fronteiras sociais e ecológicas de espoliação.

Durante a década de 1990, as Fundações e Associações sem Fins Lucrativos (FaFil) deram o tom das lutas de classes brasileira. A política de inclusão social nos limites da ordem foi o anverso da abertura da economia e adequação ao formado mundializado. Dessa forma, assegurou-se o consenso sobre a expropriação de atividades até então públicas, por meio da mercantilização aprofundada dos serviços; a expansão de uma forma de democracia liberal, com a naturalização da espoliação de direitos e do método de seleção de elites característicos do regime; a segregação das organizações sociais classistas, denunciadas por seu “anacronismo” e seu teor antidemocrático. (FONTES, 2010, p. 347-348) Tal foi, *grosso modo*, o sentido da expansão seletiva do Estado brasileiro após a abertura democrática. Suas intenções já anunciadas eram assegurar os negócios e perpetuar a contenção das demandas populares nos limites impostos pelo capitalismo. O consenso e a expansão da hegemonia burguesa, nos termos gramscianos, estavam no horizonte das frações que desenhavam sua supremacia.

Autores mapearam e classificaram o processo como uma *nova pedagogia da hegemonia* (NEVES, 2005 e MARTINS, 2009). O impulso empresarial de concessões moldou o capital humano conforme os ditames do capitalismo em sua nova fase. A transição do governo FHC para o governo Lula aprofundaria esse processo, pela soldagem agentes políticos identificados como líderes das classes populares ao bloco no poder. Vários autores discutiram o processo, considerado ora o transformismo que



ensejou uma *hegemonia às avessas* (OLIVEIRA, 2010), ora a formação de uma nova burguesia preocupada com o social (BOITO, 2012), identificado como método preventivo de fricções interclassistas. Para além desse debate, o que de fato ocorreu foi a ampliação do bloco no poder pela inclusão de uma nova fração de classe, associada às burguesias internacionais, mas com autonomia para ser relativamente ativa.

Há, assim, indubitáveis continuidades e permanências entre as administrações de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, sobretudo em seu primeiro governo, cujas política econômica foi profundamente marcada pela influência do capital portador de juros no aparelho de Estado, sendo a independência do Banco Central a maior evidência da hegemonia no bloco do poder da fração de classe interessada nesse modo preferencial de valorização do valor. De certa forma, pode-se identificar na primeira gestão petista à frente do executivo brasileiro o aprofundamento do direcionamento das políticas públicas balizado pelo seu antecessor, notadamente a preocupação com a inclusão social sem prejuízo dos interesses do capital. Assim sendo, sobretudo a partir de 2005, os analistas identificam uma maior ênfase nas políticas sociais por parte de Lula da Silva (SINGER, 2012)<sup>4</sup>. Contudo, o que nos interessa agora é a expansão dos grupos dominantes no poder, que encetam novos circuitos de reprodução do capital, como se verá.

Uma de minhas hipóteses de análise é a de que essa reconfiguração no bloco no poder se desdobrou em reorientações das políticas públicas. Não se deve entender,

---

<sup>4</sup> A análise que talvez seja mais conhecida sobre a tese do *realinhamento* é a de André Singer (2012), que cunha a expressão *lulismo* para caracterizar a aproximação entre governo e subproletariado verificada na metade final do primeiro governo do PT. De acordo com o cientista político, o crescimento das políticas assistencialistas a partir de 2005 busca substituir a “*classe média*”, afastada do governo pelos escândalos de corrupção, pelas massas pauperizadas. Em outras palavras e utilizando o referencial teórico aqui adotado, a partir daquele momento setores mais explorados das classes trabalhadoras seriam anexados como sustento ao bloco no poder – da maneira que Marx chamaria *classe apoio*. É necessário reafirmar que tais grupos sociais não partilham do controle direto do Estado estrito, nem por meio de representantes orgânicos. Ao contrário, busca-se o apoio desses grupos como modo de conferir legitimação à dominância do bloco no poder. Pinto, por outro lado, busca analisar a tese do *realinhamento* sob outro ângulo, com base nas repercussões no interior das frações que compõe o bloco dominante. De acordo com este autor, houve um *realinhamento interno aos dominantes*, por meio do qual a fração do capital-financeiro perdeu relativa capacidade de liderança em detrimento de setores do capital produtivo. A meu ver, essa separação, ainda que analítica, entre os diferentes tipos de capital não favorece a análise do caso. Ora, se o capitalismo contemporâneo adentrou um período de extrema concentração de recursos sociais de produção, capaz de dar origem a grandes grupos detentores de pura propriedade, como explicou Virgínia Fontes em sua análise do capital-imperialismo (2010), frequentemente um mesmo grupo social extrai mais-valor de diferentes formas de capital, ainda que possa haver uma efetiva separação de interesses, e mesmo de orientação político-econômica, entre, por exemplo, proprietários e gerentes de fundos de investimento.



porém, tal variação como ruptura radical do desenvolvimento anterior. Ao contrário, há a partir de 2005, mas mais especificamente a partir de 2008, ano de início da atual crise internacional, um novo pacto entre frações de classe no interior do aparelho de Estado. Sem prejuízos profundos do capital internacional, a atuação do governo Lula caminhou na direção de favorecimento dos chamados *campeões nacionais*, isto é, da constituição de grandes grupos econômicos brasileiros com penetração sobretudo na América Latina, mas também no exterior, capazes de aprofundar o volume de investimento externo de capitais brasileiros e a extração de mais-valor. Em outras palavras, identifica-se no período uma ênfase *de políticas públicas* no auxílio ao capital-imperialismo brasileiro, conforme conceituação de Virgínia Fontes (2010), por meio dos bancos de investimento, notadamente o BNDES, que emerge como grande fiador da expansão dessa forma de capitalismo no país. Convém ressaltar o que foi assinalado acima: a recomposição do bloco no poder, em marcha desde pelo menos 2005, não afetou a hegemonia das burguesias dos países centrais. O Brasil não entrou o rol de países centrais do imperialismo, conforme apontado por Lênin. Ao contrário, a expansão do capital-imperialismo levou o Brasil de roldão; a acumulação de grandes massas de riqueza, por meio de fundos públicos e privados, possibilitou a reinversão externa desses valores que buscam reprodução ampliada. Assim, o capital-imperialismo brasileiro é ativo, mas se adequa, em posição subordinada, ao sistema internacional, como a manutenção da orientação macroeconômica dos anos 90 aponta. Por conseguinte, a ampliação do bloco no poder faz com que o Estado brasileiro se torne também fiador desse impulso expansivo, que se direciona sobretudo para a América Latina, mas também para a África ocidental (ZIBECHI, 2010). Além disso, a posição das frações de classe no interior do bloco no poder reflete aproximadamente o padrão de inserção do capital-imperialismo brasileiro no sistema internacional. Subordinado, mas ativo, capaz de disputar fronteiras de exploração de mais-valor, internas e externas, principalmente na América Latina.

Ainda que fosse um horizonte distante, mas existente no governo Fernando Henrique Cardoso – como o prova o projeto da IIRSA datar desse período -, é sob Lula que a participação do capitalismo brasileiro na América Latina se torna crescente. O que já foi chamado de reorientação do capitalismo brasileiro (ZIBECHI, 2010) é marcado pela atuação dos fundos de pensão e do BNDES no circuito de acumulação ampliada do



capital-imperialismo brasileiro. Em 2010, os empréstimos do banco chegaram à casa dos 160 bilhões de reais, colocando-o como um dos maiores fomentadores de fusões, investimento em indústrias e infraestruturas do mundo<sup>5</sup>. Seu papel na formação de grandes campeões nacionais, fundos de investimentos identificados como patrocinadores do desenvolvimento do capitalismo no Brasil<sup>6</sup>, é primordial. A análise de sua atuação no período representa, assim, a abertura da caixa-preta da expansão do capital-imperialismo brasileiro, sobretudo em duas frentes articuladas: a formação de grandes fundos de investimento e as inversões em infraestrutura, que invariavelmente representam lucrativo negócio para aqueles fundos, além de ensejar a proliferação das relações capitalistas de produção em outros níveis. Tal padrão de atuação do Estado brasileiro promove o maior volume de investimento externo direto por parte de empresas brasileiras em sua história. Junto do Chile, o país é o que mais investe na América Latina (ZIBECHI, 2010).

A expansão do capital-imperialismo brasileiro leva consigo as experiências das lutas de classes vivenciadas no país. A quadra histórica dos anos 1990, assim, representou interessante laboratório de aprendizado para as burguesias no Brasil. A reorientação de atitudes contrarrevolucionárias, agora marcadas principalmente pelo convencimento e associações à ordem, legou marca indelével na prática política dessas frações de classe. O terreno fértil em que o capitalismo brasileiro cresceu, esse descrito acima sob os dois governos mencionados, teria de ser assegurado também nos países para os quais se direcionavam os investimentos da burguesia nacional. Replicar lá fora as condições sociais, políticas e econômicas identificadas no Brasil a partir dos anos 1990, pois, tornara-se um imperativo.

### **A Plataforma Democrática: um agente do capital-imperialismo brasileiro na América Latina?**

---

<sup>5</sup> Raul Zibechi coletou dados que comprovam a atuação gigantesca – relativa e absolutamente – do BNDES a partir de 2008. Àquela altura, o banco já era mais atuante do que seus congêneres americanos e alemães. Igualando-se em volume de atuação apenas aos similares chineses, grandes patrocinadores do desenvolvimento industrial acentuado daquele país (ZIBECHI, 2010, p. 157-158).

<sup>6</sup> PORCHMAN, Márcio. "Estado brasileiro é ativo e criativo", *Revista UHU*, n. 322, São Leopoldo, Universidade do Rio dos Sinos, 22 de março de 2010.

Os usos políticos da democracia atravessam os séculos. Regime político pensado para gerir o conflito político já na Grécia antiga (MAZZEO, 2009), democratismo e dominação burguesa foram fartamente associados durante o século XX. Ora, a colonização dessa forma política pelas classes dominantes atendeu ao impulso de diferenciação entre duas matrizes sociais: o oriente, marcado pela *ditadura, censura, pelo controle e repressão*, típicos da União Soviética; e o ocidente, terra da liberdade, único território onde há a estrutura social adequada ao exercício da democracia. Nesse sentido, a manutenção do direito ao voto foi a pedra angular do edifício ideológico que operou no sentido de demonizar a sociedade soviética, erguendo a liberdade ocidental como sua alteridade por excelência. Todavia, a democracia continha um dificultador em potencial da dominação existente sob o capitalismo: a participação política. Por conseguinte, convinha amputá-la de modo a assegurar os efeitos de legitimidade típicos do regime, extirpando-lhe, se possível, o viés potencialmente transformador. (FONTES, 2010, p. 159).

A forma política que emerge desse processo é a *democracia restrita*, conforme apregoado por intelectuais orgânicos do sistema internacional, tais quais Samuel Huntington (1975). Em outras palavras, um regime legalmente democrático, que se amplia e restringe não ao sabor das vontades expressas pelo voto, mas de acordo com os interesses das classes dominantes, que operam sua contrarrevolução preventiva permanente (LEMOS, 2014) por meio da democracia. Para se atingir tal objetivo, o exercício da nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005) assume função prioritária. É construindo a hegemonia, educando para o consenso, enquadrando a vivência e a sociabilidade nos padrões da sociedade burguesa que se garante a dupla função da democracia intentada pelos dominantes: instrumento ao mesmo tempo legitimador e perpetuador das desigualdades.

Expor a democracia de tal modo, como um método contrarrevolucionário de gestão de conflitos, é identificar nela um dos traços favoráveis ao padrão de acumulação capitalista verificado no Brasil desde os anos 1990, que, em que pese mudanças pontuais, mantém-se no geral muito similar. É também com base em tal democracia que os ajustes necessários à espoliação demandada pelo capital-imperialismo são realizados. Por conseguinte, é nos marcos democráticos que recentemente a contrarreforma das leis trabalhistas tem sido votada pelo congresso brasileiro. É igualmente pela lógica





democrática que novas fronteiras de exploração capital-imperialista são abertas, como a mercantilização de serviços de saúde e educação são exemplos (GRANEMANN, 2012).

O jogo de estica e puxa representado pelo tipo democrático vigente no Brasil se assemelha muito com as previsões de Florestan Fernandes (1980). Em obra sobre as tendências contrarrevolucionárias no país, especialmente sua variante democrática, o sociólogo avistava a emergência de uma *democracia de procusto*. Ora, Procusto era uma personagem da mitologia grega que era ao mesmo tempo um estalajadeiro e um homicida. Sua peculiaridade consistia em conduzir seus clientes a um leito, no qual eles eram assassinados de acordo com a diferença entre os tamanhos de seus corpos e o da cama. Se fossem maiores, as partes excedentes eram amputadas; os menores eram esticados para preencher os espaços vazios do local de repouso. O leito de Procusto, assim, passou à história como uma maneira de impor um modelo específico a ferro e fogo sobre a massa a ser modelada. Assim foi com a democracia no Brasil, o que faz com que a sedutora imagem evocada por Florestan Fernandes, acredito, ainda seja válida atualmente. Com um agravante.

Ora, conforme vimos acima, o capital-imperialismo brasileiro se expande para a América Latina mais intensivamente desde a primeira década dos anos 2000. Intenta levar consigo o solo em que a acumulação capitalista encontrou ótima estabilidade, no Brasil sob FHC e Lula. Nesse contexto que surge o meu objeto de análise.

A Plataforma Democrática foi fundada em 2008, ano de crise internacional, em parceria pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso e pelo Centro Edelstein com objetivo autodeclarado de “expandir a democracia na América Latina”. Assim, uma série de congressos, seminários, eventos e organizações são realizados com objetivo de “orientar políticas públicas dos Estados latino-americanos rumo ao desenvolvimento da democracia”. Nesse momento, conviria perguntar que tipo de democracia é essa. Ora, uma hipótese de minha pesquisa, ainda a ser desenvolvida, é a de que o modelo prescrito para os países do subcontinente é o verificado nos limites nacionais do Brasil, que, conforme exposto por diversos autores (FONTES, 2010; IASI, 2012; NEVES, 2005; MARTINS, 2009), gerou o apassivamento das classes trabalhadoras; o pautamento de suas expectativas e disposições pelo mercado; a orientação política rumo à sacralização da democracia liberal e restrita, dominada pelo poder econômica; o



encapsulamento de suas reivindicações nos limites nacionais e da ordem vigente. O caráter introdutório de tal trabalho impede responder tal pergunta, sua apresentação servindo mais para apontamentos gerais sobre maneiras de abordar essa organização selecionada para estudo.

Outra hipótese para o desenvolvimento da pesquisa sobre a Plataforma Democrática é a que a considera uma embaixada do capital-imperialismo no exterior, não só no âmbito da promoção democrática, mas também na defesa de seus interesses mais imediatamente econômicos. Nesse sentido, a organização surge como um meio de possibilitar à burguesia capital-imperialista brasileira se sentir representada nos países hospedeiros. Por meio de entrevistas, congressos e seminários, todos vastamente apoiados financeiramente por empresas brasileiras como a Votorantim, a Klacso, o Itaú e a JBS, representantes dessa classe social – e intelectuais orgânicos dessa burguesia, imbricados – fazem se ouvir, declarando seus interesses. A lógica de inserção do capital – de melhoria momentânea aparente da economia hospedeira, que em alguma medida, portanto, se torna refém daqueles investimentos – faz com que aqueles interesses se tornem imperativos. A Plataforma Democrática, assim, constitui-se em um *think tank*, uma cabeça-de-ponte do capital-imperialismo brasileiro, funcionando como embaixada das empresas nacionais em diversos países da América Latina onde seus negócios são relevantes.

Nesse sentido, lembrando Poulantzas (1983), para quem o Estado é a condensação da relação entre classes sociais de um dado território, identificamos esses seminários, nomeados aqui de embaixadas do capital-imperialismo, como uma forma do capital brasileiro ser representado na formulação das políticas públicas dos Estados hospedeiros. De acordo com o pensador, mesmo sem representantes diretos no Estado estrito, as classes sociais interferem em suas políticas públicas. No caso aqui analisado, dado o poder econômico do capital-imperialismo em certos países da América Latina, a expressão de seus interesses em um evento público realizado nos limites daquele Estado cumpre a função de orientar as políticas públicas desse Estado de acordo com os interesses daquele capital. O mecanismo de adequação das vontades é, claro está, o constrangimento econômico. Tomemos como exemplo o caso do Paraguai. Nesse país, 70% da agricultura de exportação é controlada por empresas brasileiras. Por conseguinte, os interesses desses empresários devem ser pelo menos considerados com



atenção pelo governante da nação guarani, sob pena de ter sua economia lançada à bancarrota pelo poder que tais capitais exógenos – ou multinacionais e associados – exercem sobre a estrutura produtiva interna.

Posto isso, nesse primeiro contato com o objeto em análise, a saber, a Plataforma Democrática, entendemo-la como um agente dos interesses da burguesia brasileira na América Latina. Ao livrar suas intenções do reino das sacralidades onde a democracia foi colocada pela hegemonia burguesa vigente, pode-se perscrutar suas motivações materiais e políticas, inserindo-a na totalidade social vazada pelas lutas de classes. Sob essa ótica, a iniciativa do Instituto Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein representam o anverso político de uma expansão econômica, a do capital-imperialismo brasileiro sobre a América Latina. Poderiam, pois, ser os congêneres nacionais daquelas organizações que René Dreifuss conceituou como *fronteiras móveis do capitalismo internacional* (1984). São as teias do capital-imperialismo encontrando outros nós de expansão, mesmo a partir da periferia, o que demonstra o dramático grau de *mundialização* da ordem capitalista, com seus impactos sociais já conhecidos. A necessidade de sua superação é um imperativo para o futuro que se quer construir desde já.

### **Bibliografia**

BOITO Jr, Armando (org). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012

FERNANDES, Florestan. Brasil em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980.

FONTES, Virginia. Brasil e o capital imperialismo. Teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 6. V.

MARTINS, André Silva. A direita para o social. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). Nova pedagogia da hegemonia. Estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005.

POULANTZAS, Nicos. Estado, poder e o socialismo. São Paulo: Graal, 1983

SAES, Décio. República do capital. São Paulo: Boitempo, 2001.



SALVADOR, Evilásio et. al. (org). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

TEIXEIRA, R.A. Desenvolvimento, dependência e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, 2007.

ZIBECHI, Raul. Brasil potência. Entre a integração regional e um novo imperialismo. São Paulo: Consequência, 2010.